

Geografia Agrária II – Profa. Dra. Valéria de Marcos

Texto 3

ABRAMOVAY, R. Os limites da racionalidade econômica. In: Paradigmas do capitalismo agrário em questão, 2ª. ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Ed. Unicamp, 1998. p. 99-131

17 cap.

PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO EM QUESTÃO

SEGUNDA EDIÇÃO

EDITORA HUCITEC
 EDITORA DA UNICAMP
 São Paulo-Campinas, 1998

CAPÍTULO 4

OS LIMITES DA RACIONALIDADE ECONÔMICA

"a unidade familiar de produção (...) não é apenas uma forma de produzir safras e criações; é uma forma de produzir gente — boa gente" (Fanhberg, 1976).

A) APRESENTAÇÃO

Estudamos, nos Capítulos 2 e 3, alguns dos principais modelos microeconômicos do equilíbrio camponês. A abordagem privilegiou fundamentalmente a unidade individual de produção e as determinações básicas de suas escolhas econômicas. Esta é uma característica da própria microeconomia (o primado do indivíduo e a localização de elementos racionalmente discerníveis a nortear seu comportamento) e que, como vimos, respondia à preocupação prática com a montagem de políticas adequadas para o desenvolvimento. Com efeito, nada seria mais desastroso que fundamentar orientações programáticas em pressupostos que não correspondem ao estreito leque de opções que, de fato, o produtor tem pela frente (Galbraith, 1977).

Assim, mesmo quando avesso à conduta que dele esperavam agências de desenvolvimento e cientistas, o camponês procedia de maneira racional: essa foi certamente uma importante contribuição da economia do anos 1960 à compreensão do problema agrário em vários países do Terceiro Mundo.

Existe entretanto uma ambigüidade básica nesta contribuição. Na

maioria dos casos, os economistas não analisam de maneira minuciosamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam. O próprio Chayanov, em sua obra mais importante, nos diz pouquíssimo a respeito das condições exteriores que permitem o funcionamento do "equilíbrio entre trabalho e consumo". (Com exceção do último capítulo de seu livro, sua obra transmite a impressão de que a unidade de produção familiar possui por si só a virtude de produzir as leis econômicas por ele tão bem analisadas, independentemente do conjunto de circunstâncias exteriores em que está envolvida. A família camponesa torna-se assim uma entidade abstrata e sem história. Tudo se passa como se a economia camponesa fosse um produto necessário de qualquer forma de organização familiar na agricultura.

Tepicht, de certa forma, tentou levar esta abstração ao seu limite formulando o conceito de modo de produção camponês, que se incluiria nas mais diferentes formações sociais e épocas históricas, sem com isso perder sua identidade própria. Mesmo o uso do conceito marxista de modo de produção para caracterizar o campesinato reforça a idéia de que seus traços fundamentais são independentes das condições sociais e históricas em que se insere. O modo de produção é justamente, ele mesmo, uma certa unidade entre relações sociais (família) e forças produtivas (forte peso do trabalho manual) que gera um tipo de comportamento cujo eixo de determinação é fundamentalmente interno. É nesse sentido preciso que o conceito de modo de produção camponês padece do parágrafo de que, embora inspirado no materialismo histórico, é necessariamente uma categoria sem história: ele permanece igual a si mesmo no curso de sua secular existência.

Já os autores neoclássicos procuram ressaltar a racionalidade econômica do camponês. O próprio Lipton indica que a estratégia de aversão ao risco é uma forma de maximização da utilidade, específica a determinadas condições sociais. A pobreza do agricultor tradicional em Schultz não elimina sua racionalidade econômica, que pode ser estudada com os mesmos instrumentos e critérios dos que se aplicam a qualquer economia de mercado. Sen e Nakagima, embora mais prudentes¹, também põem em evidência a racionalidade econômica do campesinato.

¹ O texto de Sen em que nos apoiamos no Capítulo 3 termina com a seguinte advertência:

O que entretanto os economistas absolutamente não colocam em questão são os limites desta racionalidade econômica e não o fazem por não estudarem a fundo o conjunto do ambiente social em que a vida camponesa se desenvolve.

A idéia central do presente capítulo pode ser assim resumida: a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente limitada porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida, conforme será visto no item b) deste capítulo. Nas sociedades camponesas, a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social, para usar uma expressão de Karl Polanyi (1944/1980). Além da personalização dos vínculos sociais, isso se traduz na ausência de uma contabilidade racional, no envolvimento das operações produtivas e do próprio consumo familiar num conjunto de motivações que só se explicam

¹Finalmente uma observação geral. Este texto é basicamente uma tentativa de aplicar os postulados do comportamento racional aos detalhes das decisões alocativas em economias camponesas e duais. As diferenças entre os resultados alocativos das economias camponesas e das outras são traçadas aqui enquanto diferenças em circunstâncias objetivas. Vimos que as características específicas das economias camponesas e duais tornadas familiares por duas décadas de desenvolvimento podem ser bem encadeadas numa estrutura de comportamento racional. Entretanto, vale a pena enfatizar, para os objetivos deste texto, que a racionalidade é uma suposição explorada e não uma hipótese testada" (Sen, 1966:448, grifos meus, R. A.).

A mesma precaução é tomada por Nakagima (1969:166):

"Nos economistas nada podemos dizer propriamente sobre a 'racionalidade' da função de utilidade ou da função de produção da unidade familiar, digamos, numa sociedade subdesenvolvida mesmo que ela pareça estranha do ponto de vista de um observador de uma sociedade avançada".

²"As funções produtivas de uma família camponesa tradicional ligam-se organicamente à totalidade de suas funções econômicas, sociais e culturais" (Galinski, 1968:266).

pelo tipo de constrangimento que a unidade de produção individual sofre por sua completa submissão às regras comunitárias em que está mergulhada. A família e a comunidade, de certa forma, *empres-tam sentido* à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de *gerar não só os meios de vida, mas subsistência em modo de vida*. A unidade indissolúvel da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam: a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sanguessugas.

Redfield, Kroeber, Mendras, Wolf, expressões mais relevantes da literatura sociológica e antropológica dedicada ao assunto entre os anos 1930 e 1960, viam nos *camponeses grupos sociais de transição entre sociedades tribais primitivas e o universo urbano*. Por mais que se possa criticar como evolucionista a idéia de *continuum rural-urbano*, presente sobretudo nos trabalhos de Redfield¹, ela aponta para um traço importante do campesinato que é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, mas ao mesmo tempo a constatação de que — diferentemente de sociedades tribais, por exemplo — *estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o campesinato se insere na sociedade global em que vive*.

A antropologia clássica percebeu e debruçou-se sobre a diferença essencial entre sociedades camponesas e tribais. A *parcialidade* da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios — cuja organização escapa à razão estritamente econômica — ela se relaciona com o mundo exterior, também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias.

Qual a base econômica desta inserção? É com muita frequência que se caracteriza o campesinato como produtor de mercadorias e mesmo com a ajuda do conceito marxista de produção simples de mercadorias. Existe aí um mal-entendido fundamental. A idéia de produção simples de mercadorias exige a constituição de um mercado competitivo que se encarrega de imprimir aos produtos um selo social (seus preços) pelos quais são reconhecidos como partes alíquotas da divisão do trabalho. O funcionamento deste mercado supõe laços impessoais entre os agentes econômicos (condição fun-

¹ Cf., por exemplo, Pahl, 1966.

damental para que o trabalho social se distribua de maneira não planejada entre os diferentes ramos da produção) e um nível de agilidade e integração entre os diferentes mercados que justamente não se encontram no ambiente característico das sociedades camponesas, fortemente marcado por vínculos pessoais, hierárquicos e pela fusão das operações mercantis com asfeiras não cotitivamente econômicas da vida. Os mecanismos pelos quais as vendas de produtos se confundem com um conjunto de prestações pessoais (obrigação de vender a um comerciante, atendimento a membros da família em caso de doenças, obrigações comunitárias de natureza ritual etc.) indicam justamente a *maneira incompleta, parcial com que os mecanismos de mercado atuam e, portanto, os limites da própria razão econômica no funcionamento das sociedades camponesas*².

A característica constitutiva do campesinato, conforme ensinou Chayanov, é a fusão entre a unidade de produção e a de consumo³, é então em torno da família que os modelos de equilíbrio camponês operam, como vimos nos Capítulos 2 e 3. Porém é nos mercados em que se insere que se constitui, sob o ângulo econômico, a *socialidade camponesa*. É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica "interna". Aí se encontram os *fatores socialmente explícitos das racionalidades camponesas*.

Em trabalho recente, apoiado por muitos anos de experiência de campo e de atividade docente sobre o tema, o economista Frank Ellis (1988) traz uma contribuição simples, mas decisiva a respeito. Além de seu caráter familiar, do ponto de vista econômico, o campesinato se define por dois outros traços básicos:

1. a integração parcial aos mercados e
2. o caráter incompleto destes mercados.

¹ (...) uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado" (Prokhy, 1944/1980: 72).

² Dos escritos que conheço de Chayanov e Weber, não encontrei qualquer referência de um ao outro. Apesar disso, são inúmeros os pontos em que convergem quase literalmente. Weber, por exemplo, insiste em que a separação entre produção e consumo familiar (que justamente não existe no campesinato) é a condição básica do capitalismo tanto na *Ética Protestante* como em *Economia e Sociedade*. O exemplo citado por Weber, na *Ética Protestante*, mostrando como, numa situação tradicional, o aumento da remuneração do trabalho tinha como principal resultado a redução no esforço do trabalhador (Weber, 1905:37 e 38) é exatamente a aplicação da idéia chayanovista de balanço trabalho/consumo, mas sob uma inspiração sociológica e não microeconômica.

Essa dupla caracterização indica, por um lado a exposição permanente do campesinato a forças de mercado, sua existência como parte de um conjunto social ao qual se subordina, mas ao mesmo tempo ela aponta para a particularidade da integração social camponesa: ela é *parcial*, não só no sentido de que parte da subsistência vem da *autoprodução*, mas também indica uma certa *flexibilidade* nestas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social. Além disso, esta caracterização aponta para o caráter *imperfecto* ou *incompleto* destes mercados. É bem verdade, como lembra Ellis (1988:10), que

"em economia, a imperfeição de mercado é um conceito relativo definido por comparação com um ideal hipotético, a competição perfeita."

Por mais polêmica que seja a noção de competição perfeita em plena época de economia mista, com o grau de intervenção do Estado em todos os setores da vida social, o particular às sociedades camponesas é que a transformação dos produtos em mercadorias depende de vínculos, em geral personalizados, onde os preços são ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda praticamente inexistentes⁷, como será demonstrado adiante, no item C) deste capítulo. A natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social. Nos limites à universalização dos mecanismos de formação dos preços reside uma particularidade essencial do campesinato.

Se o campesinato pode ser definido por sua *integração parcial a mercados imperfeitos*, sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil. Sob ângulos distintos, tanto Marx como Weber perceberam, neste sentido, a incompatibilidade entre campesinato e capitalismo, o fato de que as condições sociais geradas pelo desenvolvi-

⁷ "Naquela época, a produção era grande; o que não tinha era preço", essa é uma observação recorrente dos agricultores por mim entrevistados, em pesquisa realizada no sudoeste do Paraná entre 1977 e 1980 (Abramovay, 1981), quando se referiam a seu passado. Isso indica a inexistência, até o início dos anos 1960, de mecanismos de mercado nacionais ágeis e operantes. Produtos abundantes, mas que não chegavam a ser vendidos, são a referência também de agricultores no norte do Paraná quando falam dos anos 1940 e 1950 (Abramovay, 1984).

mento capitalista na agricultura minavam as bases do ambiente no qual o campesinato pode subsistir. O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social. É a um breve comentário a respeito da posição de Marx e Weber com relação ao nosso tema que será dedicado o item D) deste capítulo.

Convém salientar que, sempre que possível, procurarei exemplificar as conclusões teóricas aqui alcançadas com base em estudos de caso, boa parte dos quais realizados por equipes das quais participei?

B) SOCIEDADES CAMPONESAS

O termo caiu em desuso e à primeira vista é até impróprio. Que as sociedades sejam capitalistas, socialistas, feudais, isso parece indicar um conjunto de normas sociais, um certo nível de desenvolvimento material, padrões de relação entre as pessoas e uma estrutura jurídica e política reveladora da dinâmica social. Mas como é possível existirem sociedades camponesas se ninguém nunca ouvia falar, por exemplo, de um Estado camponês? Será que por trás da expressão não se esconde uma imagem corporativa da vida social, como se pudessem existir sociedades metalúrgicas, bancárias, ou até, de maneira mais geral, operárias, como se cada uma possuísse regras próprias de funcionamento às quais se pudesse dar o nome de sociedade? Vejamos a questão mais de perto.

É sobretudo a partir do trabalho do antropólogo norte-americano Robert Redfield que a expressão ganha estatuto científico no interior das ciências sociais, no final dos anos 1940. Num estudo publicado em 1956 (Redfield, 1956/1961a) ele mostra de maneira sugestiva como o camponês é convertido em legítimo objeto de estudo pela antropologia. Vale a pena acompanhar seu raciocínio.

⁷ Entre 1977 e 1980 juntamente com Leilah Landim Assumpção, Maria Emília Lisboa Pacheco, Jean-Pierre Laroey, Jorge Eduardo Saravedia Durão e Humberto Cunha participei na FASE (Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional) de uma equipe interdisciplinar que realizou uma pesquisa sobre a produção familiar em regiões de fronteira agrícola, em áreas do Pará, do Maranhão e no sudoeste paranaense (Convênio Finep/Jann/Fase, 1978a, 1978b, 1979a, 1979b). Não hesitarei em utilizar os exemplos que o minucioso trabalho de campo realizado pela equipe trouxe à tona, mesmo que as conclusões que hoje extrairia destes casos não sejam exatamente aquelas a que chegamos dez anos atrás. Pessoalmente fui responsável pela pesquisa no sudoeste do Paraná.

Em 1922, lembra Redfield (1956/1961a:7), Malinowski e Radcliffe-Brown publicam dois livros que se tornam "claramente o padrão de pesquisa na antropologia social". Em que consiste este padrão?

"Cada antropólogo ia sozinho a um lugar remoto, morava numa comunidade pequena e voltada para si própria (*self-contained*) e retornava⁸ para retratar uma cultura como um todo e como uma totalidade que poderia ser compreendida como um sistema de partes funcionalmente inter-relacionadas" (Redfield, 1956/1960a:7).

Como bem ressalta da Matta (1983), Malinowski e Radcliffe-Brown inauguraram na antropologia britânica a abordagem funcionalista, cujo traço básico reside na convicção de que as sociedades ditas "primitivas" possuem racionalidade na sua organização social, que podia ser compreendida cientificamente como uma totalidade autodelimitada, onde cada manifestação material ou cultural tomava significado relativamente ao papel por ela desempenhado na reprodução da sociedade em questão⁹.

Esta abordagem — que contém não só um método, mas sobretudo uma teoria a respeito da vida social¹⁰ — logo rompeu o confinamento exclusivo das comunidades isoladas, prosseguiu Redfield (1956/1960a:10):

"O antropólogo não estudava mais um primitivo isolado, não vê mais somente comunidades que formam sistemas naturais voltados para eles mesmos (*self-contained*) e não trabalha mais sozinho".

⁸ *Self-contained* poderia ser traduzido como autônoma ou também auto-suficiente. Prefiro a formulação mais extensa "voltada para si própria" que evita a possível impressão de isolamento com relação ao mundo exterior das outras duas traduções aplicáveis ao termo.

⁹ "Estamos hoje muito longe da afirmação feita há muitos anos por uma célebre autoridade que, ao responder a uma pergunta sobre as maneiras e os costumes dos nativos, afirmou: 'nenhum costume, maneiras horríveis'. Bem diversa é a posição do etnógrafo moderno que, armado com seus quadros de termos de parentesco, gráficos genealógicos, mapas, planos e diagramas, prova a existência de uma vasta organização nativa, demonstra a constituição da tribo, do clã e da família e apresenta-nos um nativo sujeito a um código de comportamento e de boas maneiras tão rigoroso que, em comparação, a vida nas cortes de Versalhes e do Escorial parece bastante informal" (Malinowski, 1922/1976:27).

¹⁰ Procurei estudar as dimensões teóricas, metodológicas e epistemológicas dominantes na formação da sociologia rural como disciplina científica em Abramovay, 1990a.

É claro que no estudo, por exemplo, de uma comunidade de armênios morando em Boston, de pescadores malaios, ou da comparação entre comunidades rurais norte-americanas e francesas, o padrão de pesquisa é muito diferente daquele praticado por Malinowski e Radcliffe-Brown. Há entretanto uma preocupação comum que é, para usar a expressão de Margaret Mead, "o uso disciplinado da pequena sociedade primitiva como modelo conceitual"¹¹.

O campesinato é um dos mais importantes casos aos quais este "modelo conceitual" se aplica, exatamente pelo fato de possuir modos de vida que são específicos, mas por pertencer a um conjunto social onde é diretamente influenciado e mesmo dominado por instituições nacionais e por elementos da vida urbana¹². Quando os antropólogos norte-americanos estudavam tribos indígenas da Califórnia ou das Grandes Planícies, não precisavam prestar muita atenção, para compreender sua cultura, nas relações com as cidades modernas — a menos que estivessem interessados em explicar fenômenos como, por exemplo, a aculturação. Quando entram em contato com a América Latina, entretanto — e a primeira pesquisa de Redfield (1930) foi realizada nos anos 1920 — os antropólogos percebem conexões permanentes com a vida das cidades, ausentes entre os índios norte-americanos.

"Na América Latina, a antropologia mudou-se da tribo para o campesinato" (Redfield, 1956/1960a:17).

Mas é no quadro teórico e metodológico do funcionalismo que esta mudança ocorre. Da mesma forma que os trobriandeses de Malinowski ou os andamaneses de Radcliffe-Brown, os camponeses formam uma totalidade, provida de estrutura social, e, sobretudo,

¹¹ *Apud* Redfield, 1956/1960a:11.

¹² "Com efeito, enquanto não existe a cidade, os camponeses também são inexistentes: o que existem são os aborígenes. Os camponeses são indivíduos rurais, autônomos, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantêm relações econômicas e intelectuais. Ao contrário do aborígene, o camponês sabe que fora de seu grupo existem outros homens e os reconhece como tais. Os estrangeiros não são forçosamente encarados como inimigos: os povoados têm instituições específicas para tratar com os estranhos ao grupo. Até uma data recente, os camponeses eram geralmente fiéis ao aborígene, por sua vez, é um pré-letrado, mas cada aldeia dispunha sempre de especialistas sabendo ler e escrever, que asseguravam o contato com a cidade e as autoridades" (Méndez, 1953/1969:34).

da uma cultura próprias. Seu envolvimento por um conjunto mais amplo não elimina a natureza sistemicamente integrada de sua vida social, mas faz dela uma totalidade parcial. É nesse sentido que, seguindo a orientação de Kroeber, Redfield (1956/1960a:18) coloca o campesinato como sociedade parcial provida de uma cultura parcial e define:

“Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção *illicit agriculture is a livelihood* e é um modo de vida e não um negócio visando lucro (...). Vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento”.

Apesar do desmantelamento do paradigma funcionalista nos anos 1960 (Gouldner, 1971), esta definição de Redfield permanece até hoje entre alguns dos mais importantes estudiosos da questão. Num trabalho de grande influência, Shanin (1973:63-64), por exemplo, resume:

“Colocando num estilo telegráfico, delimitaremos campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como o principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores”.

O que há de especificamente camponês na definição de Shanin reside em dois elementos básicos: a cultura tradicional e o modo de vida de pequenas comunidades rurais¹³. São estas as características que marcarão a particularidade do ambiente social no qual a economia camponesa opera. Vejamos estas duas características, que na verdade funcionam em unidade indissolúvel.

¹³ Esses dois aspectos foram abordados por Redfield no estudo da “pequena comunidade” (Redfield, 1956/1960b), por um lado, e na oposição entre pequena e grande tradição, (1956/1960a).

Aldéia, primeiramente, materializa o caráter comunitário da vida camponesa (Georgescu-Roegen, 1969). Assim como em torno da família forma-se a “morfolgia” do campesinato, é na aldeia que se define a sua “fisiologia” (Georgescu-Roegen, 1969). Apesar de a organização econômica apoiar-se em unidades produtivas individuais, estas não estão isoladas nem se vinculam umas às outras simplesmente através dos laços pessoais fornecidos pelo mercado. Por maiores que sejam as diferenças internas entre os camponeses e outros agentes sociais fundamentais para a vida da aldeia (comerciante, padre, proprietário fundiário), é nos limites da comunidade que se opera o essencial da socialização camponesa:

“O camponês vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local pouco numerosa que é uma sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros” (Mendras, 1974:15).

A prática, tão típica em sociedades camponesas, de formas de ajuda mútua no trabalho, por exemplo, é uma importante expressão deste caráter personalizado das relações sociais¹⁴. Um carpinteiro paulista entrevistado por Antônio Cândido (1964/1977:68) diz que

“no matrimônio não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o ‘tempo da caridade’ — justamente por essa disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse”.

Essas relações operam-se sempre num quadro de reciprocidade¹⁵ cuja natureza nada tem a ver com a identidade objetiva envolvida na

¹⁴ Referindo-se ao município de Santo Antônio do Tauá, no Pará, os pesquisadores do Convênio Finep/Man/Fase (1978b:145-146) afirmam:

“Esses sistemas fundamentam-se em (e são fundamentadores de) redes de relações entre as unidades domésticas baseadas em laços familiares, de amizade e de compadrio”.

¹⁵ Polanyi faz da reciprocidade um dos princípios estruturadores da vida social e material em sociedades anteriores ao capitalismo. Ele abordou os comportamentos sociais que não obedecem às leis do mercado sob um ângulo histórico e não a partir de situações contemporâneas, embora cite exaustivamente Malinowski e Evans-Pritchard. Apesar disso, suas reflexões sobre a questão da reciprocidade são essenciais:

troca mercantil. É nesse sentido aliás que Firth (1969:23) propõe aos economistas voltados ao problema do subdesenvolvimento, em importante conferência proferida no final dos anos 1960, que se pense sobre "... a matriz institucional da tomada de decisão econômica..." dos camponeses. Assim, para ele,

"Trabalho familiar é um conceito de certa forma econômico (*quasi-economic*) — só de certa forma porque os laços que unem os membros da família num trabalho cooperativo não podem ser compreendidos em termos de seus interesses econômicos comuns na produção e em seus resultados (...) economia camponesa é aquela que liga compradores e consumidores, alocação de recursos e alocação de produtos numa rede de laços que são mais pessoais, mais diretamente perceptíveis do que o seriam numa economia complexa, desenvolvida" (Firth, 1969:25).

Esta sociedade de interconhecimento funciona também no sentido vertical, não só entre camponeses, mas inclui todo o universo social com o qual se relacionam: o proprietário fundiário (em situações de parceria), o comerciante, o emprestador de dinheiro¹⁶, o padre etc. Na verdade, *só há especificamente camponês onde um código de conduta partilhado comunitariamente, também por setores sociais antigônios, seja estruturador da vida social.* A pequena comunidade exige um comportamento cujas normas ultrapassem de muito as regras jurídicas envolvidas simplesmente na troca de merca-

"A reciprocidade implica que os membros de um grupo agem com relação aos membros de um outro grupo da mesma forma que os membros deste grupo, ou de um terceiro, ou de um quarto, agem com relação a eles. Ela não envolve nenhuma idéia de igualdade, de justiça e não obedece a uma regra soberana. A reciprocidade significa antes e unicamente que há um fluxo de dupla direção ou circular de bens (...). Os grupos provêem mutuamente suas necessidades no que se refere aos artigos que entram nesta relação de reciprocidade" (Polanyi, 1957/1975:220).

¹⁶ Na pesquisa realizada no sudoeste do Paraná, citada logo atrás constatei que os agricultores referiam-se aos comerciantes, a quem no passado vendiam suas safras, sempre pelo nome. Eram muito frequentes as situações em que o comerciante "ajudava" o agricultor por uma doença e este retribuía tornando-se seu cliente. É claro que, neste caso, a reciprocidade envolve provavelmente uma relação de dominação econômica. O importante entretanto é o caráter personalizado e a sujeição desta relação a normas de reciprocidade para que possa funcionar. Em tempo: gerentes de banco ou de cooperativas, no período atual, nunca eram tratados pelo nome, mas sim pela função (Abramovay, 1981).

dorias. A ajuda, a reciprocidade e a caridade, para usar o termo do capira entrevistado por Antônio Cândido, norteam também as relações entre ricos e pobres: é nesse sentido, aliás, que Scott (1976) fala da "economia moral do camponês" que impõe aos poderosos obrigações com relação aos mais fracos cujo não cumprimento está obrigatoriamente com relação aos mais fracos. Um dos aspectos mais importantes por ele encontrado em seu estudo sobre sociedades camponesas do Sudeste Asiático é uma *ética da subsistência* onde a aldeia garante um sistema em que um mínimo de segurança para os mais pobres tem como contrapartida uma certa estabilidade de sua subsistência. Assim, *direito à subsistência e reciprocidade* são os dois princípios morais que regem a vida da aldeia¹⁷.

Também Redfield (1956/1960a:75) enxerga na comunidade camponesa papéis sociais agregadores de segmentos distintos:

"(...) na história européia, até muito recentemente, nenhuma revolução camponesa tinha a revolução como seu objetivo e (...) as relações prevalentes entre o camponês e o seu senhorio não foram de opressor e oprimido mas antes (...) o camponês pensava que o rico deveria ser generoso e o poderoso não deveria abusar de seu poder. O ressentimento e o ódio ocasionais com relação a um homem rico e poderoso parecem-me representar, globalmente, casos onde alguém falhara em preservar a tradição e os papéis e estatutos aceitos pelos senhores e pelos camponeses".

E num âmbito mais extenso, com base no estudo de seis revoluções camponesas contemporâneas, Wolf (1969) também encontra a *ética da subsistência* como elemento básico da vida camponesa e sua desagregação como fundamental para a explicação de movimentos revolucionários.

É aliás em torno da ética da subsistência que tanto Wolf como Scott concebem sociologicamente o elemento pelo qual Lipton caracteriza a economia camponesa: a aversão ao risco¹⁸. É exatamente a busca de segurança, num quadro compartilhado de obrigações de

¹⁷ Estas elites deveriam assumir um papel idealmente protetor com relação aos padrões comunitários de partilha" (Scott, 1976:41).

¹⁸ No mesmo sentido, Forman (1975/1979:31) afirma:

"(...) o princípio básico organizador no setor camponês de economia é a maximização da segurança e a minimização do risco".

lealdade, dependência, reciprocidade, que explica a existência de uma "renda alvo" (*target income*) para usar a expressão de Scott, além da qual os camponeses tendem a limitar suas atividades produtivas e suas aspirações de consumo¹⁹. Em sua tipologia do campesinato latino-americano, Wolf (1955:458) concebe a comunidade rural como o elemento regulador²⁰ de uma conduta contraditoriamente estabilizadora:

"(...) a comunidade nível (...) as diferenças de riqueza que poderiam intensificar as divisões de classe no interior da comunidade em detrimento da estrutura corporativa e, simbolicamente, reassigura a força e a integridade de sua estrutura aos olhos de seus membros"

A manutenção dos "...padrões tradicionais de consumo" (Wolf, 1955:460) exige até mesmo rituais de natureza reguladora entre os quais se destaca a feitura, atuando no sentido de evitar ostentação de poder e riqueza que exerceriam um efeito disruptivo sobre a comunidade local.

¹⁹ Este é um dos pontos básicos em que Firth (1951/1974:125) se separa da maioria dos antropólogos de sua geração:

"uma observação mais cuidadosa conduz à opinião de que o camponês possui um conjunto de necessidades altamente expansível. O que o tem impedido até agora de satisfazê-las tem sido seus meios limitados".

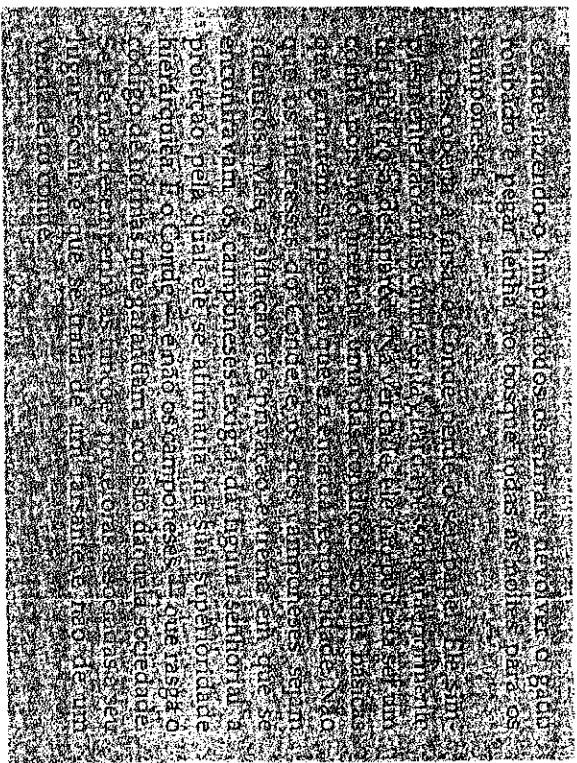
Firth, na verdade, interessa-se muito mais pela mudança nas sociedades camponesas que na estabilidade de seu equilíbrio interno.

²⁰ A comunidade é um fator decisivo na limitação às diferenças sociais no interior de uma sociedade camponesa para Eric Hobsbawn (1973:4):

"(...) a característica dos camponeses tradicionais é um altíssimo grau de colheita formal ou informal localizada que tende tanto a inibir a diferenciação social permanente dentro do campesinato, como a facilitar e até impor a ação comunal".

Box 5. A BRUXA E O CONDE

Italo Calvino resume a grande conclusão a que chegou após dois anos de pesquisas que deram origem à coletânea de *Fabulas Italianas*, por ele compiladas e traduzidas de vários dialetos: "as fábulas são verdades" (Calvino, 1956/1990:14). Desta ... explicação geral da vida, nascida em tempos remotos e alimentada pela lenta ruminação das consciências camponesas até nossos dias ... uma chance, particularmente a atenção pela proximidade com a terra desesquivado neste capítulo. Trata-se de uma história, que vem do século XIX e das quais uma das fontes é oral. O resumo que ofereço é um convite à leitura da própria fábula e não pretende substituir o seu sabor original, tão realçado pelo estilo de Calvino (1956/1990:64-69). Os pacíficos habitantes de Borapaglia não podiam mais contar o desespero, todas as tardes, na xofia do pasto, o gado era roubado pela Masca Marçal, bruxa que possuía o poder de não se fazer enxergar pela vítima do assalto, derrubada apenas com um sopro. Quando acordava do encanto, o pobre camponês não encontrava mais seus animais mas apenas grampos, tufo de cabelos e pegadas da bruxa. Não podendo mais pastoreá-lo, os camponeses assistiam ao emagrecimento do gado, até que surgiu entre eles a idéia de pedir ajuda ao Conde. Explicaram, imploraram, choraram, mas o Conde foi inflexível: se eu ceder a vocês meus soldados para vigiar os bosques, tenho que ceder também o capitão. E se o capitão for junto, ninguém poderá jogar jômbola domingo. Portanto, nada feito. Os camponeses decidiram então levantar o campo e ir para o sul, onde se encontram as montanhas. Quando Masino, espírito inteligente, chega, consegue a notícia que o levam à autoria do crime: a Masca Marçal era ninguém, menos que o próprio Conde que se distarava colocando sua imensa barba como cabelo de mulher e que atirava os camponeses com um porrete envolvido em tecido de founa que antes de desmatar o que se ouvia era um zunido de vento que não deixava marcas. Presso o Conde por Masino, ele é exposto a uma espécie de julgamento sumário por parte dos próprios camponeses. Entre propostas de linchamento dos mais variados tipos surge a idéia de pasturar o



Evidentemente, a universalidade do poder agregador da feitura é muito discutível. Apesar do valor empírico e heurístico dos estudos citados acima, não há dúvida de que o funcionalismo — em que teoricamente se baseiam — estimula uma visão idealizada e integrada da vida social. Não é difícil encontrar limites a esta partilha de valores comuns por setores opostos; não é também tão óbvio que a ruptura desta partilha seja suficientemente explicativa de revoluções sociais. Da mesma forma, a condenação do consumo julgado supérfluo nem sempre é tão rígida como a pretendem Wolf e Scott²¹.

O importante é que, quando se fala em campesinato, os dois elementos básicos apontados por Shantin estarão sempre presentes: a comunidade e a partilha de um conjunto de valores não decorrentes simplesmente dos vínculos pessoais oferecidos pela obetividade das trocas mercantis. É difícil resumir estes valores de maneira

²¹ Se Scott (1976) estudou o campesinato sob o ângulo da ética da subsistência, Popkin (1979), ao contrário, procurou analisar os agricultores do Sudeste Asiático sob o prisma do individualismo metodológico, inspiado fortemente na teoria da ação racional. Para uma exposição e um balanço da discussão entre eles, ver Abramovay, 1990b.

positiva, há ocasiões em que fatores étnicos, religiosos, são decisivos em sua moldagem. Em outras — foi o que observei em meu estudo sobre o sudoeste do Paraná (Abramovay, 1981) — a ética campesina é surpreendentemente secular. Mas sempre que se falar em campesinato, a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais (e por vezes — mas nem sempre — cerimoniais) são determinantes.

É sobre a base destes vínculos particulares à vida campesina que se estrutura a relação económica que as unidades de produção individuais mantêm com a sociedade como um todo. É o que será visto a seguir.

c) A PARTICULARIDADE DOS MERCADOS

Nada mais distante da definição do modo de vida campesino que uma racionalidade fundamentalmente económica. Apesar disso, entretanto, o campesinato caracteriza-se não só por sua organização social específica, mas pela forma como se insere na sociedade global através de laços económicos particulares. Esta é uma contradição própria a sua natureza social: embora a razão económica seja insuficiente para compreender seu modo de vida, como vimos acima, ele não é, sob o ângulo produtivo, auto-suficiente. Neste sentido, o traço básico das sociedades campesinas é a *integração parcial a mercados incompletos*. Examinemos estes dois aspectos.

Integração parcial ao mercado não é isoladamente nem produção exclusiva de auto-subsistência. A ideia não envolve, tampouco, um gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. O importante não é simplesmente o autoconsumo que, no limite, existe em qualquer unidade de produção agrícola²², mesmo num estabelecimento capitalista. O fundamental é a *flexibilidade entre consumo e venda*, em função de circunstâncias ocasionais. A produção de mandioca no Nordeste, por exemplo, responde a este critério de flexibilidade: o

²² Schlussekhuber (1989) constatou que na França contemporânea a produção auto-consumida representa dez por cento da produção comercializada. Quase quarenta por cento do orçamento alimentar dos casais de agricultores é constituído por produtos autoconsumidos. Praticamente todos os agricultores possuem uma horta, dois terços dos suínocultores destinam seu produto ao consumo doméstico e a maioria da produção francesa de coelhos é autoconsumida.

agricultor pode "jogar" com as condições de mercado e optar pela venda ou pelo consumo direto do produto em função da situação momentânea e de sua expectativa com relação aos preços.

É claro que esta possibilidade, em princípio, se apresenta a qualquer produtor mercantil. O que é característico do campesinato, entretanto, é que sua opção não consiste simplesmente em escolher o melhor momento para vender o produto — o que aliás, normalmente ele *não pode fazer* — mas sim no fato de que, caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido. Esta flexibilidade explica assim a razão de a mandioca ocupar um espaço tão crucial na vida camponesa, em detrimento, freqüentemente, de produtos potencialmente mais rentáveis: como produto alimentar, ela amplia a margem de opção do camponês. Os estudos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) fornecem bons exemplos deste "cálculo camponês", por eles chamado de *alternatividade*. Comercializar a farinha de mandioca ou reservá-la ao consumo familiar não significa que o mercado deixe de ser levado em consideração, mas que o camponês atua segundo uma estratégia na qual o grau de sua integração ao mercado não é dado de antemão e é, neste sentido, parcial.

O caráter parcial da integração ao mercado é permitido também pelo fato de que nem todos os meios de produção são comprados²³. Na maior parte das vezes, em sociedades camponesas, a relação do agricultor com o mercado refere-se à compra de sua subsistência e à venda dos produtos de seu trabalho. Boa parte dos elementos materiais que entram no processo produtivo não foram convertidos em mercadorias, o que aumenta as chances da *alternatividade*.

A alternatividade, entretanto, não é sinônimo de independência e soberania econômica por parte do produtor. Ao contrário, ela é a reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa *dependência pessoal* daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Nesse sentido, o *caráter imperfeito* dos mercados é um elemento central na definição do campesinato. Examinemos o problema com mais atenção.

²³ "Limitar as despesas em dinheiro com instrumentos e meios de trabalho é condição básica de seu cálculo, para não depender a sua condição de pequeno produtor das flutuações do mercado dos produtos do seu trabalho" (Garcia, Jr., 1983:29). Esta é também uma característica que aponta como camponesa a sociedade existente no sudoeste paranaense antes do início das políticas de modernização dos anos 1970: os meios de produção não eram comprados (Abramovay, 1981).

A economia neoclássica identifica o "mercado perfeito" por alguns atributos básicos que Ellis (1988:10) resume:

"A concorrência perfeita enfatiza a neutralidade do mecanismo de preços e seu papel enquanto árbitro de todas as decisões econômicas. Existem muitos compradores e vendedores tanto em mercados de insumos como de produtos. Nenhum consumidor ou produtor é capaz de influenciar o nível de preços por sua ação individual. Há informação livre e precisa dos preços de mercado. Há liberdade de entrada e saída em qualquer ramo da atividade e, também, a competição assegura que os produtores ineficientes são eliminados da produção enquanto apenas os mais eficientes sobrevivem. Num modelo de concorrência perfeita nenhuma coerção, dominação ou exercício de poder econômico por alguns agentes econômicos sobre outros, pode existir".

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiriram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.

Por outro lado, uma das características centrais das sociedades camponesas é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. A freqüente existência de unidades comerciais microscópicas no interior mesmo das comunidades camponesas nada têm a ver com a existência de "muitos compradores e vendedores para insumos e produtos". Os "taberneiros", "bodegueiros", "marreteiros", tão freqüentes em nossa paisagem rural, são, na verdade, prepostos de comerciantes mais poderosos que exercem, eles sim, um poder de monopólio na compra e venda de produtos. O próprio estabelecimento destes microcomerciantes obedece também a um rígido esquema de patronagem. Ora, os comerciantes maiores, com sua rede de prepostos locais, fazem o vínculo entre o agricultor e o mercado nacional: neste vínculo não há estrutura competitiva. O arroz do Maranhão é um exemplo típico: até o final dos anos 1970, os pequenos produtores de arroz ligavam-se a usineiros locais que possuíam uma rede de microagentes comerciais no interior, capazes de captar-lhes o produto camponês. As próprias

dificuldades de comunicações, transportes e informações propiciavam de fato um poder de monopólio àqueles que conseguiam abrir os caminhos por onde estes produtos integrariam os mercados nacionais²⁴.

Isso significa que a integração dos camponeses ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. E é claro que os problemas de informação e infra-estrutura são importantes na explicação do fenômeno. Mesmo numa situação de relativa prosperidade dos agricultores, como encontrei na história do sudeste paranaense antes dos anos 1970 (Abramovay, 1981), os agricultores entregavam o produto ao comerciante e só tomavam conhecimento do preço depois que o comerciante voltava dos mercados consumidores de Porto Alegre ou São Paulo.

O próprio caráter comunitário da vida camponesa, além da existência de fatores de natureza extra-econômica regendo o uso dos recursos materiais de produção e consumo, bloqueiam a livre entrada e saída dos produtores e não elevam a eficiência a critério importante de sobrevivência econômica. Aqui, muito mais importante que a capacidade competitiva típica em uma estrutura concorrencial de mercado, é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência em que a reprodução camponesa se apóia.

É claro que a noção de concorrência perfeita pode ser considerada uma construção utópica incompatível com a existência de fato, nos dias de hoje, de um forte poder oligopolista de grandes grupos econômicos. As estruturas e o funcionamento dos mercados em que estes grupos se apóiam são porém radicalmente distintos daqueles que caracterizam o ambiente em que vive o campesinato. Ellis cita cinco aspectos básicos para os quais é possível encontrar exemplos bastante reveladores em estudos de caso brasileiros:

1. O mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente. O crédito é obtido de fontes locais e liga-se a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses.

²⁴ Os usureiros de arroz são

"provavelmente os agentes que mais se apropriam do excedente gerado, além de serem os que definem algumas das condições vigentes no mercado local, principalmente o preço de compra e o montante transacionado (Maluf, 1977:29).

2. Não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Mais que isso, a obtenção de insumos passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade.

3. As *infortingidas* sobre a situação de mercado são pobres e curatílicas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais.

4. Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.

5. As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.

Vejam os alguns exemplos de cada um destes tópicos.

1. Por maior que seja o monopólio de grandes grupos econômicos operando junto, por exemplo, a produtores de pequenos animais integrados à agroindústria contemporânea, o fato é que, normalmente,

"o crédito é abundantemente disponível por parte de mercados financeiros desenvolvidos (bancos, agências de crédito etc.) num mercado competitivo de taxas de juros" (Ellis, 1988:11).

As taxas de juros respondem também a critérios nacionais dados por um conjunto de variáveis ligados à política macroeconômica, de maneira, portanto, completamente independente de circunstâncias locais.

No ambiente econômico em que vive o campesinato, ao contrário, "os mercados de capitais são fragmentários ou não existentes, o crédito é obtido dos senhores locais, dos comerciantes ou dos emprestadores de dinheiro a taxas de juros que refletem as circunstâncias individuais de cada transação e não uma clara condição de mercado" (Ellis, 1988:11).

Um dos exemplos mais claros desta situação é a prática até hoje generalizada no nordeste e no norte do Brasil de venda "na palha" ou "na folha": o comerciante compra antes mesmo da colheita — às vezes no momento do plantio — a produção do camponês por um

paço evidentemente muito inferior ao prevalente no mercado. Esta venda permite ao produtor financiar seu consumo até o momento da colheita, quando sua safra estará empenhada para este comerciante.

Na verdade, neste caso, as figuras do comerciante e do prestador de dinheiro encontram-se fundidas num só personagem. Dada a própria miséria do agricultor e sua necessidade vital do crédito para sobreviver até o momento da colheita, não é difícil perceber que, nestas condições, ele não tem outra chance senão entregar-se nos braços do comerciante/usurário. Mesmo aqueles que conseguem escapar desta dependência, nela mergulham tão logo um problema de saúde — e portanto a necessidade de dinheiro — se abata sobre a família.

É neste sentido que, referindo-se a Santo Antônio do Tauá, Pará, os pesquisadores do Convênio Finep/Inan/Fase (1978b:156-157) ressaltam

“a importância do pequeno comerciante, como agente capaz de garantir-lhe (ao agricultor) o crédito de que possa vir a necessitar, através não só do sistema de venda *fiado*, como também através do fornecimento de pequenas somas de dinheiro. Observa-se que a precariedade de recursos em que vive o lavrador faz com que qualquer imprevisto que perturbe o andamento quotidiano de seu trabalho — como, por exemplo, uma doença — possa acarretar a impossibilidade de suprir sua família dos bens de subsistência que lhe são necessários. Daí a importância do estabelecimento da relação de *freguesia* com um comerciante: uma relação de patronagem baseada na fidelidade da compra, pelo *lavrador*, em determinado estabelecimento comercial (sendo que a fidelidade também na entrega de seu produto dependerá do interesse do comerciante em que isso seja feito).”

Os vínculos de pessoa a pessoa envolvidos na “venda na palha” ficam nítidos também neste trecho de entrevista realizada em Santa Luzia, Pindaré-Mirim, Maranhão, em que o agricultor explica por que vende só para um comerciante:

“Porque às vez o sujeito, é o seguinte, aquilo depende daquele que realmente serve a gente na hora de maior necessidade, não sabe? É, foi o que comprou o arroz na folha. Para depois que eu

corresse esse arroz, com mais tempo lá na frente entregar, não sabe?” (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:25).

No Baixo Tocantins (Pará) a própria formação do circuito de comercialização dos produtos depende de vínculos pessoais:

“O comerciante lá de Belém trava conhecimento com uma pessoa que esteja por dentro da área, em geral uma pessoa de certa influência nos povoados. Aí entrega a ele uma certa quantidade de dinheiro para ele financiar a pimenta e depois receber, sendo que o comerciante fixa o preço que quer receber pela pimenta. Por exemplo, entrega o dinheiro e diz: na safra a pimenta será comprada a Cr\$ 21,00. Aí esse preposto executa todo o processo e depois leva uma comissão. Agora ele pode, por sua vez, tentar comprar a pimenta por menos, por exemplo, por Cr\$ 20,00). Então, além da comissão ainda fica com esse pequeno lucro, no caso de conseguir comprar a pimenta por menos” (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:39).

É claro, neste sentido, que o financiamento da produção camponesa não é uma operação que possa ser compreendida dentro de um mecanismo tipicamente de mercado. Em primeiro lugar, como se vê pela entrevista acima, o preposto do comerciante é “uma pessoa de certa influência nos povoados”; o mercado é personificado em relações particulares. Além disso, o comerciante e o prestador de dinheiro são normalmente uma figura só. Esta fusão existe não só no Pará e no Maranhão, mas também — no período anterior à difusão das instituições vinculadas ao Sistema Nacional de Crédito Rural — no sudoeste do Paraná, embora esta fosse uma região bastante próspera.

Neste sentido, é impossível saber exatamente quais eram as taxas de juros², mesmo porque o adiantamento de produtos não aparece explicitamente como empréstimo, mas como contrapartida a uma espécie de cessão de direito. Um traço também generalizado nestes

²“(...) o usurário pode aqui devorar todo o excedente, só deixando os mais necessários meios de subsistência (o montante que mais tarde constituirá o salário) aos produtores (o que mais tarde reaparece como lucro e renda fundiária), sendo por isso extremamente absurdo comparar a grandeza *késsé* juro ali onde ele abrange, com exceção do que cabe ao Estado, a mais-valia *total*, com a magnitude da taxa de juros moderna...” (Marx, 1894/1986:108).

casos — convém enfatizar — é que a “sociedade de interconhecimento pessoal” (para usarmos a expressão de Mendras) é decisiva no funcionamento deste sistema. As circunstâncias pessoais (necessidade, doença etc.) e seu conhecimento minucioso por parte dos agentes envolvidos na operação são básicas para que as relações de dependência envolvidas nas situações de troca possam efetivamente aparecer como manifestações de reciprocidade.

2. Para um estabelecimento agrícola operando numa “economia industrial de mercado” (Ellis, 1988:11), insumos diversificados são disponíveis em quantidades suficientes para a procura dos agricultores e por vendedores competitivos. Um exemplo disso, no sudoeste do Paraná, hoje, é a visita freqüente que os agricultores recebem de vendedores de fertilizantes e pesticidas e as tentativas até mesmo de “empurrar” o produto elevando seu uso acima até das necessidades das lavouras. Por mais que seja possível falar em estruturas oligopolistas nas indústrias petroquímicas e de fertilizantes em vários de seus segmentos, o fato é que, na comercialização do produto, há uma prática de competitividade.

É totalmente distinta a situação nas sociedades camponesas. Em primeiro lugar, o produto freqüentemente não está disponível e, quando existe, passa pelas mãos dos circuitos comerciais que acabamos rapidamente de descrever. *Os insumos não formam um segmento autônomo de mercado, mas compõem um conjunto de condições objetivas da reprodução material no qual o camponês só tem acesso quando se submete aos vínculos de dependência que o ligam ao comerciante/usurário.*

Este ponto é importante porque o uso de insumos de origem industrial não é incompatível com o campesinato. Em situações típicas de *cash-crop* os agricultores financiam, além de sua própria subsistência, parte dos meios de produção. Forma-se aí a situação paradoxal de agricultores produzindo para o mercado internacional, em condições porém em que sua existência econômica fica inteiramente na dependência das circunstâncias locais em que vivem. É típico, neste sentido, o caso da pimenta-do-reino na região do Baixo Tocantins, no Pará, onde a venda “na folha” é praticada amplamente. O trecho de uma entrevista com um agricultor é revelador, neste sentido:

“Para arrumar patrão é só chegar e dizer: eu tenho tantas pimentas, não tenho adubo, não devo pra ninguém, qualquer um dá o adubo, dá o dinheiro para ajudar nos serviços que falta,

quando chega a safra aí entrega pro comércio, desconta o que tirou e devolve o lucro” (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:42).

Nesta situação, convivem estruturas de mercado verdadeiramente paralelas. É óbvio que o financiamento da venda é feito também por agentes de um sistema financeiro estruturado segundo os moldes nacionalmente dominantes. Só que nem todos os agricultores conseguem o acesso a este sistema, seja por não disporem da propriedade da terra, seja por não despertarem nos bancos a confiança de que desfrutam agricultores de maior porte. Com isso formam-se até mesmo situações onde

“o comerciante recebe o adubo financiado pelo Banco para supostas plantações e o revende para o pequeno produtor, ficando juros altíssimos” (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:43).

Por mais que esse seja um caso extremo, o importante é a existência, ao lado de uma agricultura funcionando segundo os mecanismos nacionais de mercado, de uma ampla camada de produtores cuja pobreza impede o acesso ao crédito, obriga o uso de empréstimos junto a comerciantes locais e favorece a reprodução — neste caso, evidentemente, num processo de deterioração acelerada — da estrutura econômica típica da sociedade camponesa. *Os mecanismos de mercado característicos da vida camponesa alimentam-se assim, na maior parte dos casos, da pobreza dos agricultores, tanto quanto sua reprodução miserável conta com as estruturas imperfeitas pelas quais seus produtos se tornam mercadorias*³. Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais os mercados imperfeitos convivem ao lado de mecanismos mercantis nacionalmente e internacionalmente integrados.

3. Um dos elementos cada vez mais importantes nas operações econômicas de uma sociedade moderna é a rapidez das informações. Por maior que seja o poder manipulador sobre os preços de uma agroindústria ou de uma cooperativa, há limites a esta prática dados pela rapidez das informações: as cotações das principais *commodities* são divulgadas nos grandes meios de comunicação. Em trabalho de campo realizado em 1988 na Alta Araraquarense (SP), surpreendi-

³ A usura “(...) não altera o modo de produção, mas suga-o como parasita, e o torna miserável. Ela o esgota, enerra e força a reprodução a prosseguir em condições cada vez mais lastimáveis” (Marx, 1894/1986:108).

me ao perceber a atenção de um produtor familiar de laranja ao noticiário econômico na televisão e particularmente para as colheitas do dólar norte-americano: sua safra já estava vendida antes mesmo da colheita para uma grande indústria do ramo. Nada entretanto se assemelhava à venda na folha. O preço fora fixado de antemão *em dólar*, protegendo o agricultor contra a desvalorização da moeda. A indústria financiava exclusivamente os meios de produção do agricultor, e não seu consumo familiar, respeitando, porém a situação existente no mercado de crédito. Não havia qualquer tipo de vínculo pessoal na operação e a indústria, no caso, não estava sequer sediada na região. E as inovações com relação a tecnologias eram não só abundantes, como o uso dos mais modernos métodos de produção estimulados.

Salta aos olhos a diferença com relação à situação tipicamente camponesa onde as inovações sobre preços e tecnologias são pobres, fragmentadas e ficam em grande parte à mercê dos comerciantes.

4. A transformação da terra em equivalente de mercadoria é uma das características básicas da formação de uma agricultura capitalista. Nas estruturas tipicamente capitalistas de mercado

“há um mercado livre de terras de maneira a que exista potencial para novos ingressantes iniciarem a atividade agrícola e os mal-sucedidos deixarem-na” (Ellis, 1988:11).

Veremos na Parte II deste trabalho que é seguramente exagerada esta afirmação de Ellis: nos países capitalistas avançados, a inter-ferência tanto do Estado como das organizações profissionais não permite que se fale de um livre mercado de terras. Além disso, o ingresso de novos agricultores na atividade passa por um conjunto de regras que nem de longe se reduzem às que prevalecem normalmente na compra e venda de mercadorias.

Apesar disso, entretanto, é nítida a diferença entre o processo de ocupação e transferência de terras numa sociedade capitalista e em situações onde é predominante o peso do camponato. Os inúmeros casos estudados por Martins (1979: 1980:45-66) e condensados no termo *terra de trabalho* mostram bem como, numa sociedade camponesa, os critérios de uso do solo podem ser particulares. O uso da terra responde a um conjunto de normas sociais sobre as quais a comunidade tem um poder decisório superior ao do indivíduo isoladamente e que extrapolam, freqüentemente, as próprias regras

nacionalmente vigentes sobre as transferências de propriedades. Na verdade, as sociedades camponesas montam um sistema jurídico próprio a reger suas operações econômicas, particularmente cons-trangendo no que se refere ao uso do solo. Referindo-se a produtores de arroz e babaçu no Maranhão, Soares (1981:75) mostra que

“(...) apesar de as terras serem comunais, não só as roças são ‘direito’ adquirido pelos lavradores que as cultivaram, como sua utilização lhes garante, uma vez abandonadas, o ‘direito’ da ca-poeira; isto é, o direito sobre as terras em descanso temporário. Ou seja, lhes é reconhecida a prioridade no caso de se voltar a empregá-las. Por suposto, este ‘direito’ depende da aquisição coletiva e, portanto, se sustenta nas relações que o interessado mantém com os demais atores envolvidos”.

Num sentido semelhante, Marc Bloch (1968:201) revela que a desagregação das sociedades camponesas típicas do feudalismo francês passa pela eliminação de um conjunto de “servidões coletivas” que iam das pastagens comuns ao direito ao *glanage* (ato de recolher nos campos, após a colheita os grãos que escaparam aos colhedores) e que, todos, limitavam a soberania do indivíduo sobre o uso do solo.

É verdade que nos países capitalistas avançados — sobretudo na Europa Continental — os limites à soberania do indivíduo sobre o uso e a própria venda da terra fazem dela um bem que escapa às regras vigentes na comercialização das mercadorias em geral, como será visto no Capítulo 7 (item E). A regulação destes limites porém — e esta é a diferença central com relação às sociedades camponesas — se faz com base em critérios nacionalmente estabelecidos, em discussões que extrapolam a comunidade local, passando não só pelas associações profissionais, como pelas municipalidades e o próprio poder central.

5. Já apontamos a pobreza dos produtores como uma das bases sociais em que se apóiam os mercados incompletos próprios às sociedades camponesas. Há situações entretanto em que, mesmo no quadro de uma certa abundância, no qual as necessidades fundamen-tais das famílias estão preenchidas, o capital mercantil e usurário, para usar os termos de Marx, domina a produção. Em geral, o isolamento das comunidades, a dificuldade de suas comunicações com o exterior, favorecem situações em que operam com grandes vantagens aqueles comerciantes que conseguem formar uma rede

de compra e venda que rompa as barreiras que separam a comunidade em questão da sociedade nacional. Detentor dos caminhos pelos quais passa esta rede, é claro que o comerciante/usuário exercerá o poder econômico decorrente de sua situação de monopólio. Um dos mais típicos exemplos, neste sentido, é o *ambiente* característico das regiões ribeirinhas da Amazônia.

Com base nestas características, Ellis (1988:12) fornece uma definição de camponeses que contribui para distingui-los não só de capitalistas agrários e assalariados rurais, mas também daqueles estabelecimentos familiares que operam em mercados de produtos e fatores plenamente desenvolvidos — a cujo estudo será dedicada a Parte II deste trabalho:

“Camponeses são unidades domésticas *livants are farm households* com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição”.

Não é apenas a base técnica do processo produtivo que distingue o agricultor da Alia Araraquarense do camponês do Pindaré-Mirim. O que mostra a definição de Ellis é que pela maneira como socializa o produto de seu trabalho é que o camponês se define enquanto categoria específica. A ênfase no *mercado* não reduz a importância das condições de *produção* do agricultor. Mesmo em situações onde os mercados de produtos, fatores, crédito etc. se integram nacionalmente, nem todos os agricultores a eles conseguem acesso. Muitos vêm-se empurrados pela própria miséria a perpetuar-se nos laços particulares de dependência que fazem de sua inserção na divisão social do trabalho o objeto de uma relação localizada de monopólio. É o caso dos produtores de pimenta do Baixo Tocantins, no Pará, cujos produtos dirigem-se aos mercados internacionais e cujos custos são em grande parte de origem industrial, mas cuja reprodução depende dos vínculos pessoais de patronagem e clientela característicos do capital mercantil e usurário.

Outros, ao contrário — é o que ocorreu de maneira intensa no sul do Brasil — integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o

círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho²⁷. O mercado adquire a fisionomia impressoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social.

B) CAPITALISMO E CAMPESINATO

A incompatibilidade frontal entre o campesinato e o ambiente social e econômico capitalista foi posta em evidência tanto por Marx em suas rápidas anotações a respeito, como por Weber (1906/1979) em sua célebre conferência nos Estados Unidos. A questão examinada por Ellis sob a expressão “mercado incompleto ou imperfeito” tem estreita relação com a estudada por Marx em suas rápidas anotações, no Livro III d’*O Capital*, sobre as “formas antediluvianas do capital”. Ellis coloca ênfase nos mecanismos de formação de preços característicos destes mercados. Marx vai mostrar que as classes sociais que neles se apropriam do trabalho e do produto excedente não são especificamente capitalistas e atuam sobre a base de um tipo de vínculo entre produtores e o mercado, incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Neste sentido, é importante assinalar que, mesmo não existindo em Marx uma teoria sobre a economia camponesa, há indicações fundamentais sobre o *ambiente* social no qual ela pode se reproduzir:

²⁷ Em 1969 Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou uma coletânea na qual apontava para esta questão então central na sociologia rural dos países capitalistas avançados. Ela mostra, nestes casos, a decadência de um “gênero de vida”: toma o lugar do camponês

“(…) uma profissão, a do agricultor, que não produz mais em primeiro lugar para viver (como acontecia com o camponês), e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional” (Queiroz, 1969:9).

"O capital usurário como forma característica do capital portador de juros corresponde ao predomínio da pequena produção, dos camponeses que trabalham para si mesmos e dos pequenos mestres-artesãos" (Marx, 1894/1986:108).

Por mais explorado que seja o produto de seu trabalho, mesmo que classes de não trabalhadores vivam dos resultados do seu esforço, e ainda quando se inserem em circuitos mercantis, não é possível que se tome o camponês como um setor social sobre cuja base possa ocorrer a acumulação capitalista. É claro que o capital mercantil e usurário prospera comprando a preços aviltados o produto do camponês. Mas ele realiza aí justamente o que Marx chamava de *profit upon alienation*, forma de enriquecimento característica de um período histórico em que o capital não revolucionou o conjunto da vida social. E é seu tipo específico de inserção mercantil — em que a universalidade impessoal das relações burguesas está ausente, em que o processo de dominação é extra-econômico — que dá possibilidade de existência desta categoria social que Marx não hesitava em tratar como a "classe que representa a barbárie dentro da civilização".

Neste sentido, a insistência de Marx e dos clássicos da questão agrária que o sucederam na fatal separação do camponês sob o capitalismo é não apenas consistente com suas teorias, mas fundamentada historicamente. Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem. Na pesquisa que realizei no sudoeste do Paraná, isso era nítido. A chegada simultânea à região, no final dos anos 1960, dos bancos com o crédito rural — cujas taxas eram determinadas nacionalmente — dos vendedores de máquinas e insumos — que abriam a possibilidade de transformações técnicas aceleradas e em larga escala — e das cooperativas — que integravam o agricultor aos mercados internacionais de produtos — com tudo isso, a vinculação clientelística aos comerciantes, que fornecia um dos pilares da reprodução camponesa, perdia sua base objetiva²⁸. A ampliação dos horizontes

²⁸ Malin (1988:274) também mostra a

"redução do espaço de reprodução do capital usurário — via de regra associado ao capital comercial tradicional — substituído pelo crédito oficial".

sociais, a instauração do cálculo econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas não permitem que o caráter localizado e tradicional do camponês sobreviva. O capitalismo é por definição *ansioso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais*.

Nesse sentido, a previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura, tanto quanto na indústria, possui ao menos uma virtude histórica: as formas de produção familiar existentes em seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria mais ou menos rapidamente, mas inevitavelmente, de remover.

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do camponês não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura. Sua concepção sobre a vida social, como vimos no Capítulo I — bem como o horizonte histórico em que trabalhou, no qual praticamente inexistia o fenômeno contemporâneo da produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista, que será nosso objeto nos capítulos a seguir — sua concepção teórica só permitia que estabelecimentos baseados na oposição entre capital e trabalho se encurtessem de imprimir universalidade à atividade agrícola, de integrá-la à divisão do trabalho e desenvolvê-la tecnicamente. O trabalho individual familiar, representava, para ele, um estágio inicial primitivo, no próprio avanço das relações de mercado. Tão logo o mercado tomasse conta do conjunto da vida social, a contradição embuída na mercadoria entre a natureza ao mesmo tempo social e privada do trabalho tornaria corpo em classes sociais antagonistas. E nesse sentido, não havia qualquer razão a que a agricultura escapasse ao movimento geral do capitalismo.

Max Weber também insistiu na diferença central entre o *campesinato* europeu e o *agricultor* norte-americano: enquanto na Europa a dependência das decisões comunitárias e dos vínculos tradicionais determinavam as possibilidades de ação, nos Estados Unidos imperava o mais absoluto individualismo econômico. Isso não se devia a qualquer traço atávico das culturas recíprocas destes povos, mas ao fato de que

"na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América (...) Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor" (Weber, 1906/1979:415).

Tanto Marx quanto Weber então, com base em perspectivas teóricas distintas, viram o abismo que separa o camponês do ambiente econômico e social próprio ao capitalismo. Weber não foi tão categórico quanto Marx no sentido de enxergar na oposição entre trabalhadores assalariados e capitalistas rurais a forma dominante de produção no campo. O que nem um nem outro poderiam porêm adivinhar é que a paisagem rural do mundo capitalista contemporâneo seria dominada por uma forma de produção baseada na família, mas inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais. A esta forma e seu futuro na sociedade moderna é dedicada a Parte II deste trabalho.

E) RESUMO E CONCLUSÕES

1. É impossível um conceito positivo e rigoroso de camponês no interior da teoria marxista, pelo que vimos no Capítulo 1. O resultado alcançado até aqui mostra que se trata mais de um limite da teoria que do próprio camponês: nos Capítulos 2 e 3 foram expostos elementos teóricos explicativos do camponês, sob o ângulo principalmente das determinações internas à organização da família. Agora pudemos estudar o ambiente em que a lógica camponesa opera.

2. Não se pode compreender o camponês com base na idéia de comportamento econômico. A antropologia clássica voltada ao tema, sob o termo de *societades camponesas*, revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do camponês. Os fatores "internos" estudados nos Capítulos 2 e 3 só podem operar em um ambiente social, cultural e econômico específico. Isso quer dizer que a organização familiar é uma condição necessária, mas nem de longe suficiente, para a existência das condutas que tanto Chayanov como a economia neoclássica dos anos 1960 contribuíram para desvendar.

3. Em outras palavras, é possível e útil uma definição conceitual rigorosa de camponês. Para isso, deve-se examinar com atenção a maneira pela qual se dá a inserção das famílias no quadro da divisão social do trabalho. Tanto a venda das safras, como a compra de insumos passam por uma *integração parcial a mercados incompletos*, para retornarmos os termos de Ellis (1988). Por aí se estabelece uma

diferença de natureza social entre o camponês e a produção familiar característica dos países centrais e que será estudada na Parte II deste trabalho. O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases afetivas e simbólicas de sua reprodução social.

4. Ai reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.